

ARTIGO

IMPACTOS DA COMPLEMENTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA EM ESCOLAS DE EIRUNEPÉ-AM

Danielton Jhonath Xavier Leitão¹
Alex Almeida Coelho²

RESUMO

O artigo analisa impactos da complementação de carga horária, fora da área de formação de professores, nas escolas da rede estadual de ensino na cidade de Eirunepé, estado do Amazonas. Buscou-se responder quais possíveis impactos na execução da atividade docente e as dificuldades impostas pelo arranjo de complementação de carga horária nas diferentes disciplinas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, enfocando, especificamente, a geografia. A pesquisa teve um caráter qualitativo. Os dados apontam para um cenário preocupante em relação aos impactos negativos tanto no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, bem como para a precarização do trabalho docente, uma vez que a lotação de professores para atuar em disciplinas fora de suas áreas de formação pode acarretar ineficiência das aulas desenvolvidas. Concluiu-se que a complementação de carga pela simples necessidade curricular, promove a ineficiência do processo ensino-aprendizagem e baixa produtividade de professores e alunos, sendo extremamente nociva à educação.

Palavras chave: Trabalho docente. Desvio de função. Ensino Fundamental. Ensino Médio. Geografia.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas/Núcleo de Ensino Superior de Eirunepé-UEA/NESEIR. E-mail: danielton-spi@hotmail.com

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM; professor do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Tefé-UEA/CEST; aluno de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR. E-mail: alexfonteboa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As políticas educacionais no Brasil vêm tornando a profissionalização do docente um eixo articulador do sucesso da implementação das reformas educacionais e de busca para uma melhor formação do educando. No caso do Ensino Médio, tal fato pode ser relacionado com a normatização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que estabelecem as diretrizes de atuação, currículo e parâmetros educacionais de cada disciplina. Assim, “subjacente a uma prática formativa, há sempre, como pressupostos de um processo de formação de professores, uma proposta de formação humana” (GHEDIN, 2009, p. 2).

Dentro desse contexto há dois cenários distintos entre a formação e a atuação docente. O primeiro, diz respeito aos parâmetros educacionais vigentes que garantem a atuação profissional dentro de um ambiente educacional vinculado à sua formação didático-pedagógica. Já o segundo está associado às dificuldades de implementação da legislação na atividade escolar, uma vez que na escola temos uma realidade em que professores são encarregados de ministrar disciplinas que estão totalmente fora do seu campo de atuação e formação. Por exemplo, professores de Geografia que atuam em disciplinas como História, Sociologia, Filosofia, Ensino Religioso, Inglês, entre outros, o que pode ser caracterizado como um desvio de função e gerar prejuízos no rendimento do docente e do aluno.

É comum que os professores sejam lotados de acordo com a proximidade de sua área de formação às áreas afins, como por exemplo, professores de Geografia ministrando disciplinas de História, Sociologia e Filosofia. Porém, deve-se destacar que, apesar de alguns conteúdos serem comuns, as grades curriculares dessas disciplinas são diferentes, o que implica conhecimento específico e competências que somente o professor da sua própria área dispõe.

Atualmente, nas escolas de ensino básico da rede estadual do Amazonas a implementação de arranjos institucionais para suprir necessidades ligadas à prática docente dentro do sistema escolar é corriqueira. Um dos principais é o denominado arranjo de “complementação de carga horária” ou “carga complementar” dos professores, processo que se pratica nas escolas estaduais, bem como em escolas municipais, que consiste em atribuir ao professor de Geografia, e também de outras áreas do conhecimento, disciplinas que estão fora de sua área de atuação e formação, como meio de complementar a carga horária escolar exigida.

A inclusão de arranjos institucionais de complementação de carga horária dos professores de Geografia gera impacto no desempenho dos professores na atuação docente em

Geografia? A complementação de carga horária por professores sem formação específica no componente curricular de lotação pode prejudicar direta ou indiretamente o processo ensino-aprendizagem?

Este estudo procurou entender essas questões na rede de escolas estaduais do município de Eirunepé (AM), buscando traçar um panorama da atuação docente na disciplina de Geografia e descrever os impactos da implementação de arranjos institucionais de complementação de carga horária no trabalho do professor.

Assim, o trabalho está estruturado em duas partes principais. A primeira faz uma contextualização do processo de complementação de carga horária de professores. A segunda parte apresenta a área do estudo, a metodologia da pesquisa e os resultados obtidos, contemplando as perspectivas dos professores que complementam suas cargas de trabalho e de outros profissionais de gestão da Secretaria Estadual de Educação na cidade de Eirunepé.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOCENTE

A formação do professor e suas competências na realidade educacional atual são fatores imprescindíveis à dinâmica do processo ensino-aprendizagem e para a qualidade da educação. O professor bem preparado se constituirá em todos os níveis educacionais, como o fio condutor, a mola propulsora que delinea a formação eficaz e pertinente de seu aluno, abrindo para ele novas possibilidades de aprender prazerosamente e com significado. O professor é, assim, um orientador do aluno no processo de ensino e, por isso, o trabalho docente tem papel essencial em todo este processo. Czekalski aponta que:

Refletir sobre o trabalho docente não se constitui em uma tarefa fácil, implica em entendê-lo na sua natureza como trabalho no capitalismo, posto que o trabalho pedagógico, no interior de sua complexidade, tem como base organizacional os princípios do taylorismo/fordismo que se fundamenta no rompimento entre pensamento e ação. (CZEKALSKI, 2008, p. 2).

Neste contexto, como ressalta a autora, assim como no fordismo, alinhado às ideias e pensamentos de Taylor, no qual o funcionário era especializado em apenas uma área específica para manter a qualidade da produção em massa, o professor, antes de pensar no retorno financeiro que a complementação de carga horária oferece a ele, deve em primeiro plano estar preocupado com a sua formação e a qualidade da educação que oferece aos educandos.

Desse modo, ao assumir diferentes responsabilidades em outras disciplinas, o professor estará criando possibilidades de não realizar um trabalho coerente e satisfatório do componente curricular de sua própria especialidade e formação, desenvolvendo uma práxis muito abaixo do desejado pela escola. Além de distanciar-se dos anseios e objetivos educacionais e, sobretudo, do que é necessário a uma boa aprendizagem dos alunos. Logo, o professor deve manter-se dentro dos limites de docência da sua formação. Segundo Montoan (2006, p. 44), a “formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino”.

A sociedade contemporânea exige do aluno uma formação sólida e integral, mas isso só acontecerá, principalmente na disciplina de Geografia, a partir de um compromisso coletivo que atenda não só a composição do currículo escolar, mas também a formação continuada dos professores. Destacamos, além disso, que em muitos casos a complementação de carga horária é imposta pela instituição educacional ao professor, como no caso das secretarias estaduais no Amazonas. Assim, não basta apenas preencher o quadro docente das escolas, é preciso antes de tudo que os professores não sejam lotados em disciplinas diferentes da sua formação, pois eles são, em suas respectivas áreas, qualificados para uma docência que permita ao aluno uma formação sólida e significativa. Nesse sentido, destaca Barbosa:

A aprendizagem significativa e contextualizada, tão desejada mediante a escolarização, só é possível quando o aluno consegue estabelecer relação entre os saberes adquiridos na sua vivência e os conteúdos escolares. Para tanto, o ambiente escolar em que se inscrevem os professores e os estudantes no exercício das práticas de ensino de Geografia, deve dialogar com as propostas curriculares dos documentos oficiais, a fim de que sejam identificadas as condições concretas para sua implantação. (BARBOSA, 2016, p. 3).

A sobrecarga em Geografia e demais disciplinas de trabalho obstaculiza a inovação, a criatividade, o compromisso docente, assim como o desenvolvimento profissional e as condições concretas para a busca de uma aprendizagem significativa. A pressão de ter que se fazer mais em menos tempo, ou mais no mesmo tempo, afeta as formas de pensar, de sentir e de agir dos professores.

Certamente, para o professor, aceitar o regime de trabalho com complementação de carga horária implica inicialmente na obrigatoriedade de garantir a carga horária que não impacte na remuneração do docente. Entretanto, a realização desses arranjos, que são praticados por parte das coordenações de ensino e impostos ao professor sem que haja, em

grande parte dos casos, possibilidade de escolha ao docente, acarreta prejuízos para o processo ensino-aprendizagem e para o aluno, resultando, na maioria das vezes, em ineficiência, má qualidade educacional e improdutividade, tendo como consequência alunos despreparados intelectualmente e sem a formação necessária para superar os desafios da vida escolar.

Autores como Barbosa (2016), Ghedin (2009) e Montoan (2006) conceituam a missão docente como uma das mais importantes em todo mundo, tendo em sua essência a transformação da vida e da sociedade. Assim, o professor mal preparado e sem uma qualificação didática específica, nada terá a oferecer ao educando, por isso é necessário que cada educador atue devidamente em sua área de formação, pois assim, poderá oferecer muito mais à educação e a seus alunos.

Notoriamente, uma boa parcela dos professores que aceitam cumprir carga horária em um componente curricular que não seja aquele da sua formação apresenta grandes dificuldades no exercício de sua práxis. Na verdade, os grandes prejudicados com esse processo de complementação de carga horária em componentes curriculares fora da área de atuação e formação são os professores e, especialmente, os alunos. E isso ocorre em todas as disciplinas que compõem a grade curricular do ensino básico de muitas escolas, o que afeta o desempenho do profissional tanto na disciplina da sua formação, quanto nas demais disciplinas que compõem sua carga horária.

No caso da Geografia, disciplina analisada neste estudo, Barbosa (2016) aponta que:

Feita matéria escolar, a Geografia contribui para o educando situar-se no mundo, compreender a organização desse espaço e identificar os tipos de intervenção que a sociedade executa na natureza, com vistas a buscar explicações sobre a localização e a relação entre os fenômenos geográficos (BARBOSA, 2016, p. 2).

No entanto, atualmente, nas escolas estaduais do município foco deste estudo, garantir o número adequado de professores é sempre um desafio. Muitas são as razões para a falta de professores especializados nas disciplinas específicas, tendo em vista que quase sempre as necessidades tendem a se ampliar ou multiplicarem, devido aos constantes pedidos de aposentadoria ou remoção de educadores para outros municípios. Além da falta de profissionais efetivos, de licenças especiais e até a própria baixa oferta de profissionais formados, que garantem condições favoráveis para o cenário de complementação. Assim, professores de História são obrigados a cumprir carga horária em Geografia, Filosofia, Sociologia e outras áreas das humanas, bem como os professores de Geografia têm que

ministrar aulas de História, Artes, Ciências, Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa, Ensino Religioso, entre outros.

Apesar de o contexto escolar abarcar diferentes realidades, a lotação dos professores requer, sobretudo no início do ano letivo, uma atenção especial, pois, sempre há carência de professores em determinadas disciplinas, cenário que se apresenta em diferentes regiões do Brasil. Meneguetti e Meneguetti (2010) alertam para a carência de professores no estado de Rondônia, argumentando que “mesmo com contratos emergenciais não são supridas as necessidades e esses professores contratados acabam ministrando aulas de diversas matérias, mesmo as de outra área de formação” (MENEGUETTI; MENEGUETTI, 2010, p. 5).

Desse modo, o espaço escolar, com suas contradições, apresenta a todos os atores educacionais várias situações, implicando tanto na parte da estrutura educacional como também na pedagógica, como afirmam Meneguetti e Meneguetti (2010) ao colocarem que “outro problema que os professores brasileiros enfrentam é a falta de condições mínimas de trabalho como biblioteca, laboratórios de informática e ciências” (Idem, p. 6).

As desigualdades físicas e estruturais e os arranjos de complementação de carga horária ainda são um grande problema para as escolas estaduais do Amazonas. E em Eirunepé, como parte integrante do estado, não é diferente, necessitando de uma nova postura em relação à busca por uma resolução dos problemas relativos à complementação de carga horária de professores e, conseqüentemente, aos prejuízos causados ao ensino-aprendizagem nas escolas estaduais.

Nesse sentido, é necessário garantir, além de uma estrutura de ensino aceitável, que a lotação dos professores seja feita dentro de seu campo de atuação, para que assim possamos possibilitar um ensino de qualidade e o desempenho competente da função do professor.

Portanto, a carga horária e as disciplinas em que serão lotados os profissionais não são sempre de escolha pessoal desses. As ações educativas do docente, portanto, são parte de um sistema complexo representado pela escola, cujas relações professor e estudante não estão isoladas dos outros atores, componentes e diferentes elementos do sistema educacional que rege, além da lotação dos profissionais da educação fora de sua área de educação, os caminhos da qualidade da educação praticada nas escolas.

3 A COMPLEMENTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA EM EIRUNEPÉ (AM)

3.1 A área do estudo e os procedimentos metodológicos da pesquisa

Eirunepé é um município brasileiro no interior do Amazonas (Figura 1), Região Norte do país. Pertencente à Microrregião de Juruá e Mesorregião do Sudoeste Amazonense, localiza-se a sudoeste da capital do estado, distante dessa cerca de 1160 km (IBGE/2008).

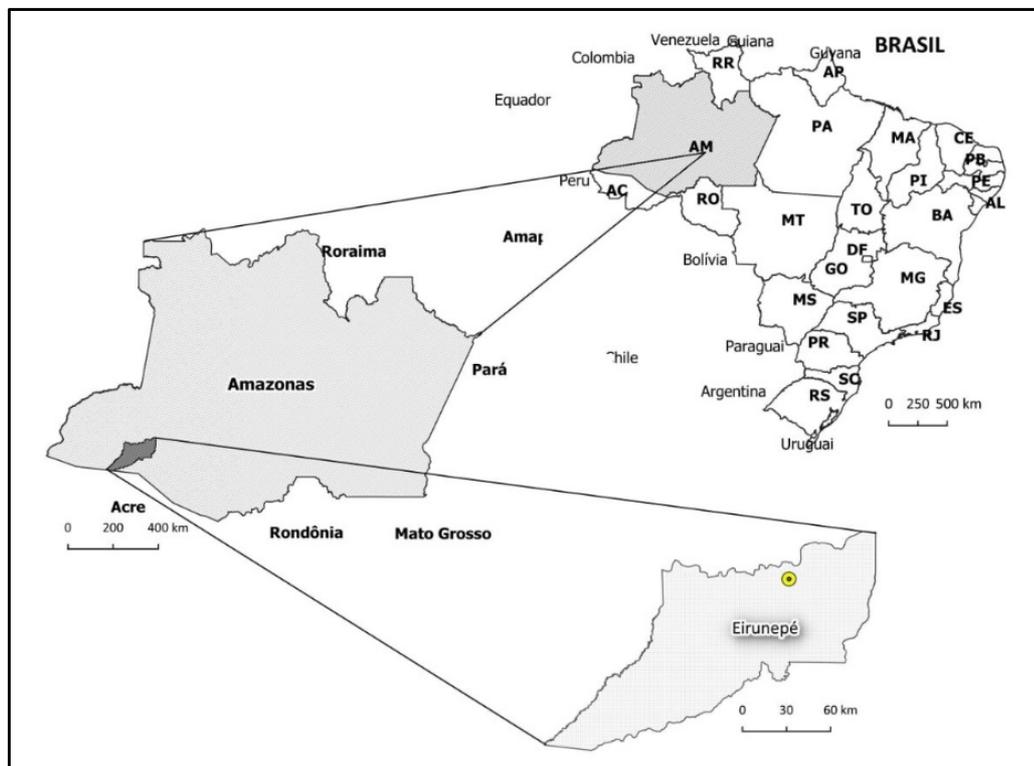


Figura 1: Localização do município de Eirunepé. Fonte: Elaboração própria, 2019.

O município ocupa uma área de 14.966,244 km², sendo que 4,3172 km² estão em perímetro urbano, e sua população foi estimada, no ano de 2016, em 34,461 habitantes pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo então a vigésima mais populosa do estado e a primeira de sua microrregião.

O objetivo principal do estudo é buscar compreender os problemas relacionados à complementação de carga horária de professores no ensino de Geografia. Os dados tentaram destacar, sob as perspectivas dos docentes, os possíveis prejuízos que a prática de complementação de carga horária pode acarretar ao ensino de Geografia e às disciplinas que estão dentro destes arranjos institucionais. Além disso, também compõe a amostra do estudo a perspectiva dos gestores das escolas estaduais e do representante da Secretaria Estadual de Educação.

Foram entrevistados 14 professores de cinco escolas estaduais, das quais quatro delas trabalham apenas com o Ensino Fundamental II (6º ao 9ºano), e a outra somente com o

Ensino Médio (1º ao 3º ano). Entrevistamos nove profissionais formados em Geografia e cinco que não tinham habilitação na disciplina, ou seja, que ministravam aulas fora de sua área de formação. Durante a pesquisa foram realizadas também entrevistas com cinco gestores e cinco secretários das escolas visitadas.

A pesquisa teve uma orientação descritiva do cenário da complementação de carga horária de professores das escolas estaduais. Utilizamos para a construção do trabalho levantamentos bibliográficos sobre o tema e uma pesquisa de campo nas escolas estaduais, Secretaria de Educação do Estado e com professores da rede estadual.

Os dados referentes ao processo de complementação de carga horária nas escolas estaduais foram coletados por meio de entrevistas com os professores das referidas escolas. As questões principais presentes na pesquisa de campo foram relacionadas à carga horária de trabalho, quantidade de turmas por professor, disciplinas ministradas fora da área de formação e os principais problemas enfrentados pelos professores e alunos em virtude do arranjo de complementação de carga horária. Essas questões foram levantadas especificamente com os professores. As entrevistas na Secretaria de Educação buscaram entender os mecanismos de complementação de carga horária impostas aos professores.

Realizamos entrevistas com os gestores das escolas e alguns atores centrais do ambiente escolar, como secretários e pedagogos. As entrevistas com professores e outros profissionais envolvidos foram feitas no período de 19 de março a 18 de abril de 2019. Os dados foram coletados com apoio de roteiro de perguntas e as análises tiveram uma abordagem qualitativa. O período que corresponde ao recorte temporal dos dados sobre carga horária dos docentes foi dos anos letivos de 2017 e 2018, sendo que muitos professores presentes na amostra da pesquisa estavam em regime de contrato temporário nesse período.

É importante enfatizar que os nomes dos entrevistados foram omitidos neste artigo para proteger a identidade dos sujeitos e garantir o sigilo das informações. Também com essa preocupação, nos referimos a todos os entrevistados como “Sujeitos” e, para distingui-los, atribuímos a cada um uma letra de ordem (Sujeito A, Sujeito B...).

3.2 Análise dos dados e discussão dos resultados

Neste tópico apresentamos o cenário do processo de complementação de carga horária da disciplina de Geografia nas escolas da rede pública de ensino de Eirunepé. Nossos dados apontam que a complementação de carga horária nas escolas estaduais da cidade se dá,

principalmente, nas disciplinas de Geografia, História, Matemática, Língua Portuguesa, Sociologia, Ensino Religioso, Filosofia e Artes.

Sobre o cenário da complementação de carga horária dos professores entrevistados, listamos aqui a área de formação de cada professor e a disciplina ministrada fora da área de graduação para o período de dois anos (2017-2018), conforme a figura 2.

Professor	Formação	Disciplina de complementação em 2017-2018
Professor 01	Licenciatura em Geografia	Não complementou no período
Professor 02	Licenciatura em Geografia	Não complementou no período
Professor 03	Licenciatura em Ciências Biológicas	Geografia
Professor 04	Licenciatura em Geografia	História
Professor 05	Normal Superior	Língua Portuguesa; Matemática; Artes; História; Ensino Religioso; Geografia;
Professor 06	Normal Superior/Geografia	Língua Portuguesa
Professor 07	Licenciatura em Geografia	Não complementou no período
Professor 08	Licenciatura em História	Geografia
Professor 09	Licenciatura em Geografia	Não complementou no período
Professor 10	Licenciatura em Geografia	Sociologia
Professor 11	Licenciatura em História	Geografia e Sociologia
Professor 12	Licenciatura em História	Ensino Religioso; Sociologia; Geografia
Professor 13	Licenciatura em Geografia	Não complementou no período
Professor 14	Licenciatura em Geografia	Não Complementou no período

Figura 2: Área de formação e disciplinas de complementação dos professores entre 2017-2018. Fonte: Elaboração própria, 2019.

Do total de entrevistados, nove professores têm a formação em Geografia. Destes, seis não realizaram complementação de carga horária em outras disciplinas no período entre 2017-2018. Entretanto, três deles estavam, no período assinalado, com complementação em áreas como História, Sociologia e Língua Portuguesa, como apresentados no quadro acima.

Por outro lado, cinco entrevistados são formados em outras áreas como Ciências Biológicas (01); Normal Superior (01) e História (03). Todos esses profissionais em algum momento do período analisado ministraram como complementação de sua carga horária a disciplina Geografia. Alguns desses complementaram ainda com diversas outras disciplinas do currículo escolar, como Matemática, Artes, Ensino Religioso, entre outras.

Alguns dos professores entrevistados declararam que ministrar aulas fora de sua área de formação, por mais que sejam dentro da grande área de atuação, ou seja, disciplinas comuns às ciências humanas, não acarreta tantas consequências ao desempenho docente e na formação do aluno. Por exemplo, geógrafos ministrarem aulas de História resultaria em baixo impacto ou prejuízo à disciplina que se está complementando. De acordo com os educadores, só haveria consequências maiores se fossem ministrar aulas em áreas que não tivesse semelhança alguma com sua formação, como por exemplo, se geógrafos ministrassem aulas de matemática.

Mas, de acordo com nossos dados, ministrar aulas fora da área de formação acarreta consequência no ensino, a complementação impacta tanto no rendimento do professor como profissional, quanto no ensino-aprendizagem do aluno.

Contudo, nas escolas em que os sujeitos que fazem parte deste estudo atuam, geógrafos são lotados para atuar em aulas de História, Língua Portuguesa, Sociologia, Ensino Religioso, Filosofia e Artes, e professores formados em outras áreas ministram aulas de Geografia, tendo em muitas situações professores lecionando em componentes curriculares que não têm nenhuma ligação com suas áreas de formação. Acarretando impactos no seu rendimento docente, por estar super “carregado” e com pouco tempo para preparar aulas atrativas e coerentes, e também impactando o ensino-aprendizagem dos discentes, por estarem recebendo aulas de profissionais despreparados e sem qualificação nas áreas específicas e que estão vagas no quadro docente da escola.

Os arranjos de complementação de carga horária são realizados em todos os componentes curriculares, sendo mais habituais, segundo os dados levantados, nas disciplinas de História, Matemática, Língua Portuguesa, Sociologia, Ensino Religioso, Filosofia e Artes, pois os referidos componentes curriculares apresentam uma grande carência de profissionais qualificados com formação na área. Esse processo de complementar carga horária de trabalho com disciplinas fora de sua área de formação pode ser caracterizado como desvio de função, como já discutido por Meneguetti e Meneguetti (2010).

No que tange à carga horária de trabalho, identificamos que nove dos professores entrevistados trabalham com lotação de 20 horas semanais, e os outros cinco docentes com uma carga horária de 40 horas semanais. Os professores lotados com carga horária de 20 horas complementam sua carga com no máximo duas disciplinas fora da área de formação. Enquanto os docentes que possuem carga horária de 40 horas semanas, complementam com três ou mais disciplinas. Somente dois professores lotados no sistema de 40 horas complementaram com apenas uma disciplina.

No que se refere ao tempo de serviço dos entrevistados, temos que quatro professores atuam de um a quatro anos na disciplina de Geografia, enquanto seis dos professores entrevistados já lecionam a disciplina entre cinco e oito anos. Outros quatro professores ministram Geografia nas escolas estudadas há tempos que variam de 12 a 15 anos e um professor possui 28 anos de magistério na disciplina de Geografia.

O arranjo de complementação, segundo os professores entrevistados, é uma prática que está presente há muito tempo nas escolas estaduais. Isso ocorre devido à falta de professores em alguns dos componentes curriculares, o que possibilita a prática como forma de recomposição das horas-aulas vagas através do que os docentes denominam de Complementação de Carga, que na prática se caracteriza quando o docente fica encarregado de assumir outra carga horária em uma disciplina que não está dentro da sua área de formação. No estudo de Meneguetti e Meneguetti (2010), eles entendem esse arranjo como um desvio de função da atividade docente. Conforme um dos professores entrevistados, o “arranjo é elaborado para tentar cobrir as disciplinas vagas sem profissionais formados nas áreas.” (Sujeito D).

Dessa maneira, para que todos os arranjos sejam realizados, os professores são convidados pelo Coordenador (a) Estadual de Educação de Eirunepé, a fim de que as cargas vagas possam ser ocupadas e o ano letivo inicie dentro da normalidade. Desse modo, para que não se tenham déficit nas lotações, conforme um dos entrevistados, “o arranjo é criado para complementar as disciplinas vagas no quadro escolar, mas só são complementadas as disciplinas que são aliadas às outras” (Sujeito E). Neste argumento, o entrevistado destaca que as complementações são realizadas entre disciplinas que tenham semelhança com a outra, por exemplo, professor formado em Geografia, ministrando História ou alguma disciplina comum à área de humanas. Mas na prática tal cenário não se concretiza, os dados apontam que professores formados em Geografia chegam a ministrar Língua Portuguesa, como o caso do Professor 06 (Quadro 01). Outro ponto que pode ser usado como exemplo é o do Professor 05, com formação Normal Superior, ministrando Matemática, Ciências, Língua Portuguesa, Geografia, História, entre outras.

Um ponto que nos chamou atenção durante a pesquisa foi sobre o direito de usufruir as Horas de Trabalho Pedagógico, as HTPs, horas de planejamentos de aulas, avaliações e lançamentos de notas e frequências em diários dos professores. Todo professor lotado em 20 horas/aulas tem direito a 4 horas/aula de HTP por semana, enquanto que professor com carga de 40 horas/aula tem direito de 8 horas/aula de HTP. Os professores que complementam não têm a garantia de horas fora da sala de aula para preparação de material didático, correção e

elaboração de avaliações e atualização de diários do professor. Apenas os professores que são efetivos ou não estão em Regime de Complementação possuem tais direitos.

Assim, ao profissional que está em regime complementar não lhe é garantido o direito de HTPs para planejar suas aulas nas demais disciplinas. Por exemplo, se o professor for formado em Geografia e estiver complementando com História em 5 horas de complementação, por direito, ele teria que ter garantida uma hora para planejar suas aulas.

O normal seria que eles também recebessem as horas que são realizadas a partir de um cronograma semanal para os docentes concursados, tendo cada professor, por componente curricular, 4h para o HTP, as quais os profissionais utilizam para desenvolver planejamentos, fazer a correção de trabalhos e realizar também o lançamento de notas no diário de classe nas diferentes disciplinas que atuam.

Ao serem questionados sobre lecionar componentes curriculares que não condizem à sua área de formação, de modo categórico os professores salientaram que se sentem preparados para atuar em várias disciplinas, sobretudo nas que compõem a área das Ciências Humanas, ou seja, Geografia, História, Filosofia e Sociologia, principalmente por estarem correlacionadas e atenderem aos preceitos da interdisciplinaridade, o que facilita o desempenho do professor. Do ponto de vista dos educadores os conhecimentos que constituem as referidas disciplinas dialogam entre si e, sobretudo, com a Geografia. Uma professora entrevistada explica: “Me sinto capacitada para trabalhar com História, porque a História e a Geografia caminham juntas porque uma entra no campo da outra” (Sujeito F). Por outro lado, esses professores estão sujeitos a terem que complementar a carga horária também com disciplinas que não estão na mesma grande área de conhecimento.

Nas entrevistas foi possível perceber ainda que os professores que realizam complementação entendem que antes dos interesses pessoais precisam ser respeitados os direitos de aprendizagem dos alunos. Uma das professoras entrevistadas ressalta: “Além da Geografia, me sinto capacitada a ministrar História, Sociologia, Ensino Religioso e Artes” (Sujeito C). Outro entrevistado argumenta: “Tirando Física, Química e Inglês, eu sou formado em Geografia, mas me sinto capacitado para ministrar outras disciplinas” (Sujeito A). No entanto, ao mesmo tempo em que se sentem encorajados a trabalhar em disciplinas diferentes da sua área de formação, reconhecem que têm que se doar e se preparar muito mais para a realização das aulas propostas aos discentes, pois trabalhar os conteúdos de cada componente curricular com eficiência e qualidade é um compromisso levado muito a sério por todos.

Conforme 11 (onze) dos entrevistados, os arranjos de complementação são prejudiciais ao processo formativo dos alunos e a qualidade do trabalho realizado pelo

professor, tendo em vista que o tempo que dispõem para o planejamento das atividades a serem realizadas em diferentes disciplinas afeta diretamente o fazer docente, implicando na eficiência das aulas lecionadas em Geografia. Para um dos professores entrevistados, “quando o professor trabalha com uma disciplina fora da área de formação, o tempo se torna pouco para organizar uma aula eficaz que possa chamar atenção dos discentes” (Sujeito G).

Entretanto, três dos professores ressaltaram que mesmo atuando na complementação de cargas isto não afeta o seu trabalho em sala de aula com a Geografia. O importante, segundo esses educadores, é a preparação profissional de cada professor, pois é necessário sempre adequar-se aos novos saberes e, mesmo não sendo formado na área, quando o docente tem uma boa preparação, consegue atender às necessidades educacionais dos alunos, superando os obstáculos e os desafios impostos.

Conforme um dos entrevistados, os trabalhos com os conteúdos de Geografia não são prejudicados, “porque o professor procura sempre melhorar as dinâmicas e trazer algo novo para os alunos” (Sujeito H).

Por outro lado, na linha de discussão deste estudo, estamos lidando não somente com o professor formado em Geografia e lotado na mesma disciplina. Temos no contexto dos dados apresentados, professor de Geografia ministrando Sociologia, História e também professores formados em Ciências Biológicas atuando na disciplina de Geografia.

Ao serem perguntados sobre as possíveis soluções para se resolver o problema da complementação, os professores responderam que isso poderia ser solucionado através da formação continuada em áreas específicas, processos seletivos e concursos públicos que atendam a necessidade de todos os componentes curriculares vagos no quadro docente das escolas em que são realizados os arranjos de complementação. “Se houvesse mais cursos e concursos nas áreas, só assim iria ter professores suficientes em todas as áreas” (Sujeito C). Na mesma linha de argumentação, outro entrevistado destaca que: “Se tivéssemos mais concursos públicos teríamos mais profissionais e não teria impacto no ensino porque iria ter professores suficientes para ocupar suas cargas em suas áreas específicas” (Sujeito G). Somente assim as escolas teriam os profissionais qualificados que necessitam, possibilitando em todos os sentidos que a Geografia e todos os outros componentes curriculares ocupem o lugar que merecem no processo de formação do aluno.

Diante dos questionamentos realizados foi detectado que os arranjos complementares são feitos em todas, ou quase todas, as disciplinas, sobretudo no Ensino Fundamental II, no qual, de acordo com os professores, existe uma grande carência, implicando assim na lotação dos docentes em diferentes áreas de ensino. No Ensino Médio essa é uma prática também bem

corriqueira, sendo “normal” professores de Matemática lecionarem disciplinas como Física e Química ou os professores de História trabalharem com Geografia, Sociologia, Filosofia e vice-versa. Como menciona um professor, “nas escolas onde trabalho, acontece em todas as disciplinas. Porque, por exemplo, tinha professores que já eram professores de português e não tiveram oportunidade de fazer uma faculdade de português, nesses casos, acabamos ministrando outras disciplinas” (Sujeito I).

Desse modo, como se pode perceber na fala dos entrevistados, os arranjos de complementação das vagas disponíveis são efetuados conforme as necessidades apresentadas por cada escola, sendo as lotações feitas por professores que trabalham em componentes curriculares que integram áreas específicas de estudo. Então, aqueles que são formados na Área das Linguagens assumem disciplinas como Língua Portuguesa, Artes e Ensino Religioso. Os docentes formados nas exatas são convidados a assumir vagas disponíveis em Matemática, Física e Química. Os professores licenciados nas áreas das humanas, em Geografia, História, Filosofia e Sociologia, seguem o mesmo parâmetro das demais áreas de estudo. Mas há um caso específico, nos dados apresentados, em que um professor formado no Normal Superior ministra Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, entre outras.

Segundo representante da gestão da Secretaria de Educação Estadual de Eirunepé (Sujeito B), “os arranjos são realizados devido à carência de professores, sobretudo em disciplinas específicas como Matemática, Física, Química, Língua Portuguesa e Geografia que possuem um quadro insuficiente para suprir a demanda apresentada pelas Escolas Estaduais em Eirunepé”, acrescentando ser importante salientar que os “regimes de complementação disponibilizada aos professores efetivos são oportunizados aos docentes para preencher déficits no quadro docente, normalmente no início do ano letivo”. Destaca ainda que:

por mais que a complementação não seja a forma mais correta para resolver os problemas educacionais, ajudam de maneira emergencial na dinamização das atividades escolares e garantem o respeito aos direitos de aprendizagem do educando, tendo em vista que os professores a partir do momento que recebem a complementação são imediatamente lotados nas escolas que apresentam tais necessidades, a fim de que o atendimento aos alunos e sua aprendizagem seja sempre o mais importante. (Sujeito B)

Sabe-se que os arranjos de complementação de carga horária causam impactos tanto para os professores quanto para os discentes e esse processo se faz presente há muito tempo na educação básica da cidade. Desse modo, por mais que o professor trabalhe com dedicação e esforço, nunca poderá ter o mesmo desempenho daquele que é formado na disciplina. Geografia e História, por mais que se alinhem em muitos momentos, têm as suas

particularidades, o que faz a diferença entre o professor da área e o que está simplesmente em arranjos de complementação.

Desse modo, apesar das muitas justificativas apresentadas, deve-se reconhecer que os impactos das complementações de cargas no ensino-aprendizagem da Geografia são altamente sentidos pelos alunos, pelo fato dos professores não possuírem os conhecimentos necessários requeridos nas disciplinas. Assim, é importante um olhar mais crítico e criterioso frente ao problema.

Devemos concordar com Meneguetti e Meneguetti (2010), no sentido de pensar este cenário de complementação de carga horária de professores não como o simples arranjo que se realiza de forma esporádica para suprir uma necessidade passageira, mas sim como um “desvio de função do professor” e uma “distorção da atuação do profissional” que é formado em uma área específica e encarregado de atuar em áreas às vezes totalmente diferentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que a complementação de carga pela simples necessidade curricular promove impacto no processo ensino-aprendizagem, baixa produtividade de professores e alunos, sendo extremamente nociva à educação, pois inclui professores despreparados e sem a qualificação necessária ao exercício da práxis docente em disciplinas específicas para as quais os docentes não têm formação.

A complementação de carga horária sobrecarrega o professor, impossibilitando a organização do trabalho pedagógico e o planejamento das atividades necessárias à dinâmica educacional, dificultando, sobretudo, as aulas de Geografia, limitando o docente ao imprevisto e ao desenvolvimento de aulas pouco atrativas, gerando no educando desmotivação e desinteresse.

Devido aos baixos salários dos professores, e, conseqüentemente, à desvalorização de seu trabalho, esses são em muitos casos quase que forçados a assumir cargas em regime complementar, desviando-se de suas áreas de formação. Muitos dos professores declaram que em alguns casos não há prejuízos ao processo educativo e a formação dos alunos, porém essa realidade descontextualiza o processo educativo e a qualidade do processo ensino-aprendizagem, trazendo para o espaço escolar baixo rendimento e déficit de aprendizagem.

Dessa forma, apesar dos muitos avanços decorrentes das políticas educacionais vigentes e dos esforços governamentais nos últimos anos para sanar as deficiências que tangem o processo formativo dos educadores e a capacitação docente, é necessário um maior

investimento na formação do professor, principalmente nas áreas críticas de ensino, a fim de garantir a qualidade da educação e os direitos de uma aprendizagem com qualidade.

IMPACTS OF TEACHERS 'WORK CHARGE COMPLEMENTATION FOR TEACHING GEOGRAPHY IN EIRUNEPÉ CITY SCHOOLS (BRAZIL)

ABSTRACT

The article analyzes the impacts of the work load complementation, outside the teacher training area, of the state schools in Eirunepé city, state of Amazonas (Brazil). We sought to answer what possible impacts on the performance of teaching activity and the difficulties imposed by the arrangement of work load complementation in the different subjects of elementary and high school, focusing specifically on geography. The research had a qualitative character. The data point to a worrying scenario, regarding the negative impacts both in the teaching and learning process of students, as well as the precariousness of the teaching work, since the teachers' capacity to work in subjects outside their areas of formation can lead to in efficiency of the developed classes. It was concluded that the complementation of the load by the simple need of curriculum, promotes the inefficiency of the teaching-learning process, low productivity of teachers and students, being extremely harmful to education.

Keywords: Teaching work. Function desviation. Elementary school. High school. Geography.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Edivani Silva. A Geografia na escola: espaço, tempo e possibilidades. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 12, p. 82-113, jan./jun. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: área territorial. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/eirunepe.html>>. Acessado em: 20 de maio de 2019.

CZEKALSKI, Talita Leite. Possibilidades e limites da hora-atividade como espaço para a formação de professores em serviço. *In: Dia a dia educação*. Portal Educacional do Estado do Paraná. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2226-8>>. Acesso em: 12 de fev. de 2019.

GHEDIN, Evandro. Tendências e dimensões da formação do professor na contemporaneidade. *In*: Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar – Conpef, 4.o, 7 a 10 de julho de 2009, Londrina-PR. Universidade Estadual de Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2009.

MENEGUETTI, Naila Fernanda Sbsczk Pereira; MENEGUETTI, Dionatas Ulisses de Oliveira. Desvio de função dos professores para outras áreas de formação na escola. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v.1, n. 1, p. 41-50, Mai/Out 2010.

Recebido em 28/09/2019.

Aceito em 07/12/2019.